

# QUEM FRACASSA? A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DE RACIALIZAÇÃO E CONTROLE DE CLASSE

Jackeline Império Soares

Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás

[jackelineimperio@discente.ufg.br](mailto:jackelineimperio@discente.ufg.br)

## Resumo

Este artigo, parte de uma pesquisa de doutorado em fase inicial, tem como objetivo investigar as contribuições científico-acadêmicas sobre a temática da raça no contexto do fracasso escolar. A partir de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores críticos, analisaram-se doze artigos publicados em periódicos da base SciELO, selecionados por apresentarem como eixo analítico a articulação entre raça e desigualdades educacionais. A leitura integral dos textos possibilitou a construção de três agrupamentos temáticos: (1) Questões de raça e fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental; (2) Questões de raça e desigualdade educacional; e (3) Questões de raça, currículo e políticas educacionais. A análise revelou que o fracasso escolar de estudantes negros(as) está historicamente associado à incorporação de teorias raciais pseudocientíficas pela pedagogia dominante, às práticas escolares racializadas e à omissão das políticas públicas diante da desigualdade estrutural. Com base no conceito de capitalismo racial, argumenta-se que o fracasso escolar é funcional à manutenção da divisão racial do trabalho no capitalismo periférico. A escola reproduz e legitima as hierarquias raciais, operando como espaço de contenção e não de emancipação. Conclui-se, a partir da crítica marxista, que a educação precisa incorporar a centralidade da raça como categoria estruturante da desigualdade escolar, a fim de formular estruturas políticas, curriculares e formativas que enfrentem, de forma articulada, as opressões de classe, raça e gênero que estruturam a educação básica pública.

**Palavras-chave:** raça; fracasso escolar; desigualdades educacionais.

## Introdução

Este estudo integra uma pesquisa de doutorado em fase inicial e tem como objetivo principal investigar as contribuições científico-acadêmicas sobre a temática da raça no contexto do fracasso escolar. A pesquisa de doutorado à qual este trabalho está vinculado busca entrelaçar as dimensões de gênero, raça, classe, trabalho docente e tecnologia, a partir de uma perspectiva crítica fundamentada nas discussões marxistas. A investigação está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e vinculada ao Grupo de Pesquisa Kadjót, que se dedica ao estudo das inter-relações entre tecnologias e educação.

A relevância desta investigação reside na necessidade de compreender como a produção do conhecimento tem tratado a articulação entre desigualdades raciais e processos educacionais, especialmente no que diz respeito à persistente marginalização

de estudantes negros(as) no ambiente escolar. Em um cenário marcado pela permanência do racismo estrutural e pela reprodução de desigualdades sociais no interior da escola, torna-se urgente analisar criticamente as abordagens teóricas e metodológicas que sustentam os estudos sobre fracasso escolar, identificando seus limites, potencialidades e implicações políticas.

Parte-se da compreensão de que as desigualdades raciais são parte constitutiva tanto da estrutura quanto da superestrutura da sociedade capitalista. No plano da estrutura, que se refere às relações sociais de produção, a raça atua como um dos fundamentos da divisão social do trabalho, historicamente legitimando formas de superexploração e subalternização da população negra.

De acordo com Robinson (1983), o surgimento do capitalismo não representou uma transição para relações igualitárias entre trabalhadores, mas consolidou-se como um sistema já marcado por estruturas raciais. O autor propõe o conceito de “capitalismo racial” para evidenciar que as hierarquias étnico-raciais foram constitutivas da organização da economia capitalista desde suas origens. A partir da noção de colonialidade do poder, Quijano (2005) argumenta que a construção da modernidade ocidental implicou a racialização das relações sociais, posicionando a raça como um elemento central na estruturação das formas globais de dominação e exploração.

Autores como Netto (2013), Fernandes (2008) e Hobsbawm (1996) oferecem contribuições fundamentais para a análise crítica das determinações históricas e estruturais do capitalismo, em diálogo direto com a compreensão das desigualdades educacionais. Netto (2013), argumenta que a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo, sendo inseparável de suas formas de exploração e expropriação. Fernandes (2008) aprofunda esse entendimento ao evidenciar que a população negra no Brasil foi sistematicamente excluída e subalternizada, em um processo de modernização conservadora que racializa a desigualdade. Já Hobsbawm (1996), ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, explicita suas contradições estruturais e os impactos sociais resultantes da urbanização acelerada e da concentração da riqueza, marcando a educação pública como uma das arenas dessa disputa social.

É de fundamental importância compreender que a questão racial é um fenômeno indissociado da formação social e histórica da sociedade. Ianni (2004), analisa que a escravidão é um fundamento estrutural da ordem social brasileira, cujos efeitos se prolongam nas formas contemporâneas de desigualdade. O racismo no Brasil, portanto,

está articulado à formação do Estado, à organização do trabalho e às políticas educacionais, sendo elemento constitutivo da chamada “questão social”.

A abolição da escravidão significou a inauguração de novas formas de marginalização e exclusão, marcadas por um projeto de embranquecimento, pela negação da cultura negra e pela precarização das condições de vida e trabalho. Nesse sentido, o fracasso escolar de estudantes negros(as) será analisado a partir dessa realidade histórica e concreta de subalternização racial, que encontra na escola um dos seus principais instrumentos de reprodução. Longe de ser um espaço neutro, a escola pública opera como parte da engrenagem que atualiza a lógica da colonialidade e da dominação capitalista, perpetuando o lugar social reservado à população negra.

Em relação ao fracasso escolar, que pode ser compreendido como um marcador social, está diretamente vinculado às desigualdades estruturais que (re)produzem a sociedade. Na perspectiva de Bourdieu e Passeron (1970), o sistema escolar contribui para a manutenção das desigualdades sociais ao reproduzir, sob a lógica do mérito, as disparidades de classe, disfarçando essas assimetrias como resultado de esforço individual. Essa lógica perpetua o fracasso escolar como um produto das condições desiguais de acesso e permanência, particularmente para as populações economicamente vulneráveis e racialmente discriminadas. Dessa forma, o fracasso escolar deixa de ser uma questão individual e passa a ser reconhecido como uma consequência da desigualdade social, evidenciando como o sistema educacional reproduz as hierarquias sociais existentes.

Além disso, a análise de Marx (1985) sobre as relações de produção ajuda a entender como a desigualdade social atravessa os processos educacionais. Conforme indica Patto (1999), em uma sociedade capitalista, a função da escola tende a se alinhar aos interesses das classes dominantes, moldando a formação dos sujeitos de acordo com as exigências do mercado de trabalho, o que limita seu papel emancipador. Nesse contexto, o fracasso escolar é funcional para a manutenção da ordem econômica, pois contribui para a marginalização de grupos sociais específicos, vinculando a concentração de oportunidades em uma elite privilegiada. Assim, a ideia de que o fracasso escolar é um marcador social reforça a necessidade de políticas educacionais que enfrentem as raízes estruturais da desigualdade, rompendo com as narrativas que responsabilizam os indivíduos por suas trajetórias escolares.

Esse movimento de estudo compreende como os fenômenos de raça e fracasso escolar se manifestam no contexto escolar, levando em consideração os processos

formativos e de trabalho. Dessa forma, problematiza-se: o que as produções das revistas cadastradas na base *Scielo* nos revelam sobre as discussões de raça e fracasso escolar? Portanto, realiza-se a tentativa de trazer resultados para compreender como os fenômenos de raça e fracasso escolar se manifestam, se movimentam historicamente e influenciam a formação escolar dos sujeitos.

Para alcançar o objetivo principal e a problematização deste estudo, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Conforme apontam Lima e Miotto (2007), esse tipo de pesquisa representa uma etapa fundamental na construção do conhecimento, pois permite a identificação, organização e análise crítica de referenciais teóricos pertinentes ao objeto investigado. No caso deste trabalho, a pesquisa bibliográfica foi utilizada para mapear e articular os marcadores sociais de raça e fracasso escolar, identificando as principais abordagens teóricas e discussões críticas sobre o tema.

O artigo está estruturado em quatro partes que se articulam para compor a totalidade da análise. A introdução apresenta o objetivo do estudo, o problema de pesquisa e uma breve conceituação dos marcadores sociais de raça e fracasso escolar. Na seção percursos da pesquisa, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, incluindo os critérios de seleção e análise dos artigos que compõem o *corpus*. Em seguida, na seção de resultados e discussão, são apresentados os agrupamentos temáticos construídos a partir da leitura dos artigos, articulados a um referencial teórico crítico que aprofunda a análise das produções selecionadas. Por fim, nas considerações finais, é realizada uma síntese expositiva da investigação construída.

### **Percursos da Pesquisa**

Os artigos foram levantados em outubro de 2024, por meio dos buscadores das seguintes revistas: *Cadernos de Pesquisa*; *Cadernos Pagu*; *Revista Brasileira de Educação*; *Estudos Feministas*; *Psicologia em Revista*; *Revista Cocar*; *Cadernos Cedes*; *Revista Educação, Cultura e Sociedade*; *Educação e Sociedade*; *Educação e Pesquisa*; *Educação em Foco* e *Psicologia Escolar e Educacional*. A escolha dessas revistas se deu em razão de sua reconhecida contribuição para o campo das ciências humanas e sociais, especialmente por abrigarem produções com enfoque crítico e comprometido com a análise das desigualdades sociais, raciais e educacionais.

Primeiramente, os critérios de seleção basearam-se nos termos de pesquisa: raça e/ou racismo e/ou desigualdades raciais, nos títulos e/ou resumos e/ou palavras-chave dos artigos publicados. Após identificar os artigos que atendiam a esses critérios, realizou-se

um recorte buscando por: fracasso escolar e/ou aprendizagem e/ou desigualdade escolar, conforme elucidado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Processo de seleção do *corpus* da pesquisa**

1ª fase	Busca a partir dos termos de pesquisa: raça e/ou racismo e/ou desigualdades raciais no título e/ou resumo e/ou palavras-chave.	Total de 47 artigos localizados.
2ª fase	Do recorte acima, busca por: fracasso escolar e/ou aprendizagem e/ou desigualdade escolar também no título e/ou resumo e/ou palavras-chave.	Total de 12 artigos selecionados.

Fonte: elaborado pela autora.

Para a composição do *corpus*, realizou-se a busca inicial a partir dos resumos dos artigos publicados nas revistas selecionadas. No entanto, para aprofundar a análise teórico-metodológica do estudo, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados. Essa leitura mais detida permitiu confirmar a pertinência dos artigos ao recorte proposto, como também identificar os elementos fundamentais para a construção dos agrupamentos temáticos. Com isso, buscou-se compreender de que modo a produção acadêmica tem se articulado em torno das relações entre raça e fracasso escolar.

**Quadro 2 – Organização dos Agrupamentos Temáticos**

<b>Questões de raça e fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental</b>			
Ano	Título	Autoras(es)	Discussão
2004	Quem são os meninos que fracassam na escola?	Marília Pinto de Carvalho	O artigo busca compreender os processos que têm conduzido um maior número de meninos do que meninas, e, dentre eles, uma maioria de meninos negros e/ou provenientes de famílias de baixa renda, a obter conceitos negativos e a ser indicados para atividades de recuperação.
2004	O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça.	Marília Pinto de Carvalho	O artigo buscou conhecer os processos através dos quais se produz, no ensino fundamental, o fracasso escolar mais acentuado entre crianças negras do sexo masculino, conforme vêm indicando as estatísticas educacionais brasileiras há algumas décadas.
2004	Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos.	Marília Pinto de Carvalho	O artigo discute as diferenças entre a classificação racial dos alunos feita pelas professoras ou por eles mesmos.
<b>Questões de raça e desigualdade educacional</b>			

Ano	Título	Autoras(es)	Discussão
2009	Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação.	Danielle Oliveira Valverde	O artigo discute os dados educacionais de uma revista, enfatizando a importância da compreensão de como as diferentes situações e os processos sociais vivenciados pelas crianças e pelos jovens brancos e negros no interior do sistema educacional afetam sua permanência, progressão e desempenho escolar.
2020	Desigualdades educacionais da população negra do Brasil: um contexto sócio-histórico.	Marcos Antônio Batista da Silva	O artigo investiga as desigualdades educacionais da população negra no Brasil, chamando a atenção para as desigualdades educacionais dessa população, no que se refere à falta de acesso à escola e à educação formal.
2022	A expulsão escondida na evasão escolar: gênero, raça e fracasso escolar.	Célia Ratusniak e Carla Clauber da Silva	O trabalho problematiza a judicialização da vida escolar de alunos negros e alunas negras em escolas da rede estadual pública de uma região do sul do Paraná, que estavam em situação de evasão escolar.
2022	Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar.	Edmundo Fernandes Souza Filho e Edna Martins	O trabalho discorre sobre as contribuições da teoria histórico-cultural para a discussão das questões raciais no âmbito da educação escolar, abordando pontos relacionados com a constituição do sujeito, a importância da linguagem e a produção de sentido e significado.
2023	Desigualdades educacionais: discutindo o fracasso escolar de estudantes negros.	Gabriel Rocha Freitas e Deivid Alex dos Santos	O artigo discute a desigualdade educacional como um fenômeno histórico e social, sob a ótica do fracasso escolar, tendo como objeto de estudo a análise da condição/situação de estudantes da escola pública, especialmente de estudantes negros(as).
2023	Evasão escolar ou expulsão: por que alunas-mães abandonam a escola?	Célia Ratusniak e Carla Clauber da Silva	O artigo problematiza os efeitos da judicialização da evasão escolar na vida de alunas-mães citadas nos processos judiciais por abandono intelectual, instaurados em uma comarca do sul do Paraná.
<b>Questões de raça e fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental</b>			
Ano	Título	Autoras(es)	Discussão
2020	Colonialidade e raça: implicações eurocêntricas para o currículo.	Débora Ribeiro; Ronan da Silva Parreira Gaia; Janine Marta Coelho Rodrigues	O artigo discute a colonialidade do poder, em especial a raça como invenção moderno-colonial para dominar e hierarquizar a população mundial.
2021	Vulnerabilidade da população negra e políticas educacionais no Brasil	Simone Maria Hüning; Aline Kelly da Silva; Tathina Lúcio Braga Netto	O artigo percorre processos históricos que promoveram a vulnerabilidade da população negra brasileira, analisando documentos de políticas educacionais que tratam da inclusão de discussões raciais no

			currículo, do combate ao racismo e às desigualdades étnico-raciais.
2022	Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do Fundeb	Zara Figueiredo Tripodi; Victor Maia Senna Delgado; Eduardo Januário	O artigo discute os limites das políticas educacionais universalistas, no âmbito do financiamento educacional, para a redução de desigualdades raciais, apresentando subsídios para se pensar a construção de um índice de alocação equitativa de recursos financeiros.

Fonte: elaborado pela autora.

Dos 12 artigos analisados, identificou-se a distribuição em três agrupamentos temáticos principais: 1) Questões de raça e fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental – com 3 artigos pertencentes a este agrupamento; 2) Questões de raça e desigualdade educacional – abrangendo 6 artigos; 3) Questões de raça, currículo e políticas educacionais – com 3 artigos relacionados. A seguir, segue o aprofundamento de cada um desses agrupamentos temáticos.

## **Resultados/Discussão**

### **1) Questões de raça e fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.**

Os artigos incluídos neste agrupamento temático abordaram como principais questões: as razões pelas quais o fracasso escolar é mais acentuado entre meninos negros; os fatores que levam meninos negros a serem frequentemente associados a conceitos negativos, como baixa aprendizagem e a serem direcionados para atividades de recuperação; e a existência de uma classificação racial dos estudantes, realizada pelas professoras ou manifestada nas interações entre os próprios estudantes.

A produção do fracasso escolar em crianças e estudantes negros(as), especialmente meninos em idade escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, deve ser compreendida dentro do entrelaçamento entre raça e classe. Os três artigos analisados revelam como o pertencimento racial opera como marcador de desigualdade dentro da cultura escolar, afetando diretamente o modo como estudantes são avaliados, disciplinados e reconhecidos (silenciados e violentados) por suas capacidades cognitivas.

Carvalho (2004; 2004; 2005) observa que, ainda que de forma inconsciente, muitas professoras acabam associando comportamentos considerados inadequados a estudantes negros, o que influencia negativamente na forma como avaliam seu desempenho escolar. A racialização do fracasso não se limita a estereótipos individuais,

mas constitui um modo de funcionamento das práticas escolares, atravessadas por um silêncio institucional sobre as desigualdades raciais e por critérios subjetivos de avaliação que favorecem crianças/estudantes brancos(as) e de classe média.

Patto (1999) realiza uma crítica incisiva à psicologia escolar tradicional e à forma como ela contribuiu para a naturalização do fracasso escolar entre crianças das camadas populares. A autora demonstra que o fracasso é uma produção social e histórica, operada por meio de práticas institucionais que classificam, excluem e estigmatizam determinados sujeitos. A escola, nesse sentido, atua como um dispositivo de controle e exclusão, legitimando a desigualdade social sob o discurso da neutralidade pedagógica. Ao medicalizar e psicologizar as dificuldades escolares, o sistema educativo transfere a responsabilidade para o estudante e sua família, ocultando os efeitos do racismo, da pobreza e das relações de poder.

Fanon (2008) analisa os efeitos psicológicos e sociais do racismo sobre os sujeitos negros, demonstrando como a experiência colonial produz uma subjetividade marcada pela interiorização da inferioridade. O racismo não opera apenas como discriminação externa, mas também como um mecanismo de violência simbólica que impõe ao negro a necessidade de negar sua identidade para se ajustar à norma branca, produzindo um constante estado de alienação e sofrimento psíquico.

O fracasso escolar entre meninos negros, abordado pelos artigos deste agrupamento, reflete uma combinação histórica de desigualdades estruturais e práticas escolares que reproduzem relações de opressão e exclusão social. Segundo Freire (1996), a escola, em vez de ser um espaço de emancipação, frequentemente reproduz a lógica opressora da sociedade, na qual os sujeitos subalternizados são tratados como “menos capazes” ou “deficientes”.

Gramsci (1999) e Althusser (1985), embora partam de perspectivas distintas dentro de uma mesma corrente teórica, convergem na compreensão de que o domínio da classe burguesa se sustenta pela coerção, como também, e sobretudo, pela produção do consenso ideológico. Para Gramsci (1999), o Estado se divide entre sociedade política e sociedade civil, onde se dá a disputa pela hegemonia. É na sociedade civil que a escola está localizada e que se constrói o consenso que legitima a dominação, sendo um dos principais aparelhos de difusão da visão de mundo da classe dominante. Althusser (1985), por sua vez, sistematiza essa visão ao propor o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado, destacando que instituições como a escola, a mídia e a religião funcionam para

reproduzir as condições ideológicas necessárias à manutenção do modo de produção capitalista.

A diferença entre ambos reside no grau de possibilidade de transformação desses aparelhos: enquanto Althusser tende a tratá-los como instâncias que funcionam predominantemente a favor da ordem vigente, Gramsci vê nesses mesmos espaços potenciais terrenos de disputa política e de contra hegemonia. Ainda assim, ambos autores contribuem para desvelar como a escola, ao transmitir conhecimentos, valores e normas, naturaliza desigualdades sociais, mascarando a dominação sob o discurso da neutralidade. A articulação entre Gramsci e Althusser permite compreender a escola tanto como instrumento de reprodução da ideologia dominante, quanto como espaço de resistência e luta por novos projetos societários, especialmente quando se reconhece a centralidade da formação de consciências críticas e coletivas nas lutas de classe e de raça.

A associação de meninos/estudantes negros a conceitos negativos, como baixa aprendizagem, e sua maior exposição a atividades de recuperação demonstram como a escola internaliza e operacionaliza preconceitos raciais que historicamente estruturam a sociedade brasileira. Assim, as práticas escolares analisadas evidenciam a força das relações de dominação e exploração racial e de classe presentes na sociedade.

## **2) Questões de raça e desigualdade educacional.**

Os artigos pertencentes a este agrupamento temático abordaram, como principais questões, a análise de dados educacionais sob a perspectiva das desigualdades de raça. São pesquisas que buscaram compreender a essência das desigualdades educacionais, evidenciando que essas são mais acentuadas na população negra, especialmente em relação ao acesso limitado à escola e à educação formal. Além disso, problematizaram a maior prevalência da evasão escolar entre estudantes negros, trazendo à tona os desafios enfrentados por esses sujeitos no percurso educacional. Os estudos também destacaram as contribuições teóricas da teoria histórico-cultural para o entendimento das questões raciais no contexto escolar, desvendando como essas desigualdades são construídas e reproduzidas.

Primeiramente, há uma ênfase recorrente na concepção da desigualdade educacional como um fenômeno histórico e estrutural, fundado no racismo institucional. A partir da perspectiva de Bourdieu e Passeron (1970), compreende-se que a escola desempenha um papel ativo na reprodução das desigualdades sociais, ao apresentar como mérito individual aquilo que resulta de condições sociais desiguais. Essa perspectiva é

fortalecida por análises de autores brasileiros, como Patto (1999), que demonstra como o fracasso escolar de estudantes negros é frequentemente individualizado, desconsiderando as condições materiais e objetivas de existência e o racismo estrutural como fatores determinantes.

Um ponto crítico encontrado na análise das pesquisas, é a constatação de que o racismo se manifesta de forma interseccional nas trajetórias escolares de adolescentes negras e estudantes-mães, para quem a escola não apenas se omite como também age em processos de expulsão simbólica e concreta. No artigo de Ratusniak e Silva (2022), por exemplo, a judicialização da evasão escolar de alunas-mães é analisada como uma biopolítica racializada e de gênero, que transfere à escola e ao Judiciário o controle sobre os corpos e os destinos dessas jovens. O estudo evidencia que, antes mesmo da gravidez, essas estudantes já apresentavam trajetórias de fracasso escolar, resultado de práticas discriminatórias acumuladas.

A evasão escolar, especialmente entre estudantes negros(as), é um reflexo direto dessa exclusão social. Os estudos destacados problematizam como a evasão se intensifica em situações que cruzam raça, gênero e classe, como no caso de estudantes mães em idade escolar. Essa problemática é analisada por Davis (1981), que propõe uma análise interseccional e histórico-materialista das opressões estruturais que atingem, de forma combinada, as mulheres negras nos Estados Unidos, demonstrando que a escravidão, o racismo e o capitalismo moldaram simultaneamente a subjugação das mulheres negras, criando para elas uma posição social marcada pela tripla exploração: como trabalhadoras precarizadas, como negras racializadas e como mulheres submetidas à divisão sexual do trabalho, acrescenta-se aqui também a quarta exploração: o trabalho reprodutivo. No espaço escolar, essas jovens enfrentam tanto preconceitos de gênero quanto raciais, o que duplica as camadas dos limites das oportunidades de ascensão, reforçando o ciclo de exclusão intergeracional.

Além disso, a teoria histórico-cultural, conforme discutida por Vygotsky (1991), permite compreender que as diferenças de desempenho escolar são o modo como os sujeitos acessam (ou não) os instrumentos culturais historicamente acumulados. A ausência de reconhecimento e valorização dos saberes e vivências das crianças/estudantes negras(os) e periféricas(os), por exemplo, limita suas possibilidades de apropriação crítica do conhecimento escolar. Dessa forma, o autor oferece base teórica para afirmar que o fracasso escolar é socialmente produzido e a aprendizagem significativa exige o

reconhecimento das condições materiais, objetivas, culturais e históricas de existência dos sujeitos em formação.

Em síntese, esse agrupamento revela que o fracasso escolar da população negra não pode ser separado das condições materiais e simbólicas de exclusão que estruturam o projeto educacional brasileiro, o qual ainda opera sob a lógica da colonialidade do poder e da racialização das desigualdades. Trata-se de uma crítica contundente ao discurso da igualdade abstrata e ao universalismo equitativo presente nas políticas educacionais, que ignoram os marcadores de raça e sua centralidade na constituição da desigualdade escolar.

### **3) Questões de raça, currículo e políticas educacionais.**

Os artigos deste agrupamento temático abordaram como questão central a colonialidade do poder em relação à raça, discutindo como essa lógica tem sido mobilizada historicamente para dominar, hierarquizar e naturalizar desigualdades nos espaços escolares. A partir das reflexões de Quijano (2005), a raça é compreendida como um marcador moderno-colonial que institui um sistema classificatório mundial, sustentado pela divisão internacional do trabalho e do saber. Essa estrutura hierárquica, mesmo após o fim formal da colonização, segue operando através da colonialidade do saber, manifestando-se especialmente na escola por meio da organização curricular e da legitimação de conhecimentos eurocentrados. Como demonstram Ribeiro *et al.* (2020), o currículo escolar brasileiro ainda marginaliza os saberes produzidos por populações negras, indígenas e quilombolas, silenciando suas experiências históricas e culturais e reforçando identidades hegemônicas brancas como universais.

Nesse contexto, a escola é compreendida como um dos principais aparelhos ideológicos de reprodução da ordem capitalista racializada, onde a construção da diferença racial é constantemente convertida em desigualdade. A presença de legislações como a Lei nº 10.639/03, apesar de sua importância política, não tem sido suficiente para romper com a lógica estrutural que sustenta a branquitude como norma epistemológica. Hüning *et al.* (2021) evidenciam que, mesmo diante de avanços legais, a inserção de conteúdos sobre relações étnico-raciais nos currículos escolares permanece fragmentada, desprovida de investimento institucional e frequentemente reduzida a ações pontuais e comemorativas. Trata-se, portanto, de uma inclusão simbólica que pouco altera as estruturas materiais e ideológicas da escola – o que Mbembe (2016) conceituaria como parte da necropolítica estatal que permite, ou mesmo promove, a exclusão dos corpos negros da centralidade educativa.

Por sua vez, o artigo de Tripodi *et al.* (2022) reforça essa crítica ao demonstrar como as políticas educacionais de caráter universalista, ao não considerarem os marcadores raciais, falham em enfrentar as desigualdades que atravessam historicamente o sistema educacional brasileiro. A partir da análise do Fundeb e do cálculo dos indicadores do VAAR, as autoras mostram que o discurso da igualdade formal esconde profundas assimetrias sociais e raciais. Fraser (2006) já havia alertado para os limites das políticas redistributivas desvinculadas de um reconhecimento efetivo das particularidades culturais dos grupos subalternizados. No caso brasileiro, políticas públicas que ignoram a articulação entre classe e raça contribuem para a manutenção das desigualdades ao operar com uma lógica supostamente neutra, mas que reproduz a exclusão estrutural da população negra.

Em síntese, os artigos analisados convergem na denúncia de que o currículo escolar e as políticas educacionais, mesmo quando formuladas em nome da igualdade, frequentemente operam como mecanismos de reprodução das hierarquias raciais. Nesse cenário, aponta para a necessidade urgente de superar tanto o universalismo abstrato das políticas públicas quanto o monoculturalismo epistemológico das práticas escolares. Isso exige não apenas o reconhecimento das especificidades históricas e culturais dos povos racializados, mas também o compromisso com a transformação radical das estruturas educacionais, de modo que as discussões sobre raça sejam componentes centrais da formação crítica e emancipatória. A construção de uma educação antirracista exige, portanto, a ruptura com a lógica moderna-colonial e capitalista do currículo, reposicionando a escola como espaço de resistência, reexistência e produção de novas sociabilidades.

### **Considerações Finais**

A pesquisa bibliográfica desenvolvida permitiu evidenciar que o entrelaçamento entre raça e fracasso escolar não é fruto de processos individuais ou circunstanciais, mas está profundamente enraizado em estruturas históricas e sociais que determinam o ambiente escolar e reproduzem desigualdades. Os agrupamentos temáticos construídos revelaram como teorias raciais, formuladas sob o véu do cientificismo e da neutralidade, legitimaram, e ainda legitimam, a exclusão de estudantes pertencentes a grupos étnico-raciais subalternizados, especialmente quando as opressões de raça e classe operam de forma articulada. Apesar de seu caráter pseudocientífico, essas doutrinas foram

assimiladas pela pedagogia dominante, naturalizando práticas escolares que estigmatizam, silenciam e marginalizam estudantes negros(as) e pobres.

As análises revelaram diferentes expressões do entrelaçamento entre raça e fracasso escolar. Entre elas, destacam-se: as razões pelas quais o fracasso escolar é mais acentuado entre meninos negros; os fatores que os levam a ser frequentemente associados a conceitos negativos, como baixa aprendizagem, e a serem direcionados a atividades de recuperação; a existência de uma classificação racial dos estudantes, realizada por professoras ou presente nas interações entre os próprios alunos; a abordagem dos dados educacionais a partir da perspectiva das desigualdades raciais; os motivos pelos quais essas desigualdades são mais acentuadas na população negra, especialmente no que se refere ao acesso à escola e à educação formal; a maior incidência da evasão escolar entre estudantes negros, evidenciando os desafios enfrentados por esses sujeitos em sua trajetória educacional, com destaque para o caso de estudantes que são mães; as contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais no contexto escolar, desvelando como essas desigualdades são construídas e reproduzidas; e, por fim, a discussão sobre a colonialidade do poder em relação à raça, evidenciando como essa lógica tem sido mobilizada historicamente para dominar, hierarquizar e naturalizar desigualdades nos espaços escolares.

Essas expressões refletem a síntese concreta das diversas determinações sociais que compõem a totalidade contraditória da realidade educacional. Desde a ação insidiosa da colonialidade do poder na organização curricular até os limites das políticas educacionais universalistas que, ao desconsiderarem as especificidades do fenômeno da desigualdade racial, falham em promover justiça social. A escola emerge, assim, como aparelho de ideologia, cuja função é contribuir para a manutenção da ordem racializada do capital. O fracasso escolar de estudantes negros(as) e pobres é uma parte constitutiva da engrenagem do sistema capitalista. A estigmatização associada à origem étnica, racial e social desses sujeitos opera como uma tecnologia de contenção e reprodução da desigualdade.

À luz da noção de capitalismo racial, compreende-se que a racialização das populações está nos fundamentos históricos do sistema capitalista. O fracasso escolar, nesse contexto, cumpre uma função estrutural: legitima a divisão racial do trabalho, alimenta a precarização das vidas negras e sustenta a acumulação por expropriação. Trata-se de um processo que articula dimensões econômicas, políticas e culturais do racismo, operando como lógica de dominação estrutural. Como aponta Antunes (2021), o capital

organiza-se como um metabolismo antissocial, cuja normalidade é a destrutividade. Nesse sentido, a exclusão escolar de estudantes negros(as) e pobres constitui uma expressão regular – um mecanismo funcional à reprodução ampliada do capital, fundado na naturalização da desigualdade e na negação da emancipação humana.

A promessa da universalização do direito à educação, sob a lógica do capital, revela-se contraditória: apresenta-se como ideal igualitário ao mesmo tempo em que se apoia em uma estrutura que necessita da exclusão para funcionar. O fracasso escolar não pode ser compreendido fora da racialização da vida, que confere à escola o papel de naturalizar hierarquias e tornar legítima a permanência de um projeto social excludente.

É importante destacar que, apesar da força das estruturas de dominação e da reprodução das desigualdades no campo educacional, há lutas contra hegemônicas historicamente presentes nas escolas, universidades e espaços de formação, muitas vezes protagonizadas por coletivos docentes comprometidos com a transformação social. Esses sujeitos encontram no processo formativo educacional não apenas um campo de atuação profissional, mas um território de disputa simbólica, política e epistemológica, onde inserem saberes e experiências ocultadas ou silenciadas pelo sistema.

A resistência materializa-se na produção científica crítica, no trabalho pedagógico cotidiano, nas práticas curriculares insurgentes e nas mobilizações sociais que desafiam a normatividade racista, classista, colonial e patriarcal da escola. Essa presença viva da resistência, enraizada na práxis, denuncia e anuncia alternativas, apontando para a construção de uma educação radicalmente comprometida com a emancipação humana. São essas práticas coletivas que alimentam o motor de um projeto contra hegemônico que precisa, cada vez mais, se radicalizar como resposta à barbárie e à naturalização das desigualdades.

## Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNES, C. **Educação e trabalho**: a crítica da economia política do capital e da educação escolar. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

- CARVALHO, M. P. de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu**, (22), p. 247-290, 2004.
- CARVALHO, M. P. de. Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos. **Revista Brasileira de Educação**, 2005.
- CARVALHO, M. P. de. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 11-40, jan./abr. 2004.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 1981.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2. ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FRASER, N. Redistribuição, reconhecimento e participação: para além das dicotomias da justiça na era global. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 15-36, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, G. R.; SANTOS, D. A. dos. Desigualdades educacionais: discutindo o fracasso escolar de estudantes negros. **Educação em Foco**, ano 26, n. 49, maio/ago. 2023.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1988.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- HOBBSBAWM, E. **A era do capital**: 1848-1875. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HUNING, S. M.; SILVA, A. K. da; NETTO, T. L. B. Vulnerabilidade da população negra e políticas educacionais no Brasil. **Cadernos Cedex**, v. 41, n. 114, p. 110-119, maio-ago. 2021.
- IANNI, O. A questão racial. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 111-124.
- LIMA, A. C. A. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política (Livro I). São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- NETTO, J. P. **Crítica da questão social**: particularidades históricas e teóricas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.
- RATUSNIAK, C.; SILVA, C. C. da. A expulsão escondida na evasão escolar: gênero, raça e fracasso escolar. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 12, n. 1, 25ª ed., 2022.

RIBEIRO, D.; GAIA, R. da S. P.; RODRIGUES, J. M. C. Colonialidade e raça: implicações eurocêntricas para o currículo. **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, p. 1-21, set./dez. 2020.

ROBINSON, C. J. **Black Marxism: the making of the Black radical tradition**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1983.

SILVA, M. A. B. da. Desigualdades educacionais da população negra do Brasil: um contexto sócio-histórico. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 3, p. 836-856, dez. 2020.

SOUZA FILHO, E. F.; MARTINS, E. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e239195, 2022.

TRIPODI, Z. F.; DELGADO, V. M. S.; JANUÁRIO, E. Ação afirmativa na educação básica: subsídios à medida de equidade do Fundeb. **Educação e Sociedade**, v. 43, e254823\_pt, 2022.

VALVERDE, D. O.; STOCCO, L. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. **Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 312, set./dez. 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.